

002. PROVA OBJETIVA

ANALISTA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **05**.

Se a vida é um vale de lágrimas, por que não processar os pais por nos terem trazido ao mundo?

Se o leitor nunca pensou nessa hipótese, isso pode significar duas coisas. Primeiro, que é uma pessoa sã. Segundo, que nunca leu a saga do indiano Raphael Samuel, 27, que tentou processar os progenitores, segundo o jornal "The Guardian".

Sim, Samuel confessa que tem uma excelente relação com eles. Mas há, digamos, um "pecado original" que o rapaz não pode perdoar: ele nasceu sem dar o seu consentimento. Uma indenização, ainda que simbólica, seria uma forma de fazer doutrina: quando queremos ter filhos, é importante ter o consentimento deles.

Por essa altura, o leitor inteligente que lê as minhas colunas já deve ter feito uma pergunta fundamental: como obter esse consentimento? E, já agora, em que fase?

A ciência terá aqui uma palavra importante. Mas, conhecendo o narcisismo da espécie e a tendência irresistível de marchar pelas causas mais improváveis, não é de excluir que adolescentes de todas as idades, frustrados com a vida e com a necessidade de escovar os dentes, encontrem em Raphael Samuel um modelo (de negócio).

Antigamente, os pais poupavam para a universidade dos filhos. Hoje, convém poupar primeiro para a indenização que eles nos vão pedir.

No limite, ver o filho a pedir uma indenização aos pais por ter nascido faz tanto sentido como pedir uma indenização ao filho por ele não querer estar cá. Quem disse que só o filho pode ter razões de queixa?

O problema dos cálculos meramente utilitaristas é que eles são dotados de uma espantosa flexibilidade. E da mesma forma que os filhos avaliam os seus danos por terem nascido, os pais podem atuar da mesma forma.

Investiram tudo no delfim – patrimônio genético, tempo, dinheiro, sanidade e expectativas legítimas de que ele seria um adulto.

Mas o ingrato, no fim das contas, ainda quer fazer contas. Se isso não é motivo para uma indenização pesada, só um anjo nos pode salvar.

(João Pereira Coutinho, *Alô, filho, você quer mesmo sair?*
Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>.
Acesso em: 15.11.2019. Adaptado)

01. É correto concluir que, a partir de um fato divulgado na mídia, o autor traça

- (A) uma crítica ao fato, visto com intolerância.
- (B) uma avaliação do fato, visto com desconfiança.
- (C) um questionamento do fato, considerado irresponsável.
- (D) uma caricatura da situação, tratada com humor.
- (E) um exame da situação, em tom de censura.

02. O trecho que aponta um argumento a favor de processos para o filho indenizar os pais é:

- (A) Mas o ingrato, no fim das contas, ainda quer fazer contas. Se isso não é motivo para uma indenização pesada, só um anjo nos pode salvar.
- (B) Uma indenização, ainda que simbólica, seria uma forma de fazer doutrina: quando queremos ter filhos, é importante ter o consentimento deles.
- (C) Mas há, digamos, um "pecado original" que o rapaz não pode perdoar: ele nasceu sem dar o seu consentimento.
- (D) Hoje, convém poupar primeiro para a indenização que eles nos vão pedir.
- (E) O problema dos cálculos meramente utilitaristas é que eles são dotados de uma espantosa flexibilidade.

03. Assinale a alternativa que reescreve o segundo parágrafo de acordo com a norma-padrão de pontuação.

- (A) Se o leitor nunca pensou nessa hipótese, isso pode significar duas coisas: primeiro, que é uma pessoa sã; segundo, que nunca leu a saga do indiano Raphael Samuel (27), que, segundo o jornal "The Guardian", tentou processar os progenitores.
- (B) Se o leitor nunca pensou nessa hipótese, isso pode significar duas coisas: primeiro que é uma pessoa sã, segundo, que nunca leu a saga do indiano Raphael Samuel – 27 que segundo o jornal "The Guardian", tentou processar os progenitores.
- (C) Se o leitor nunca pensou nessa hipótese, isso pode significar duas coisas – que é uma pessoa sã, primeiro. Segundo, que nunca leu a saga do indiano Raphael Samuel, (27) que, tentou processar os progenitores (segundo o jornal "The Guardian").
- (D) Isso pode significar, se o leitor nunca pensou nessa hipótese duas coisas - que é uma pessoa sã, primeiro, que segundo, nunca leu a saga do indiano Raphael Samuel, 27 (que tentou processar os progenitores) segundo o jornal "The Guardian".
- (E) Isso, se o leitor nunca pensou nessa hipótese pode significar duas coisas. Primeiro: que é uma pessoa sã, segundo: que nunca leu a saga do indiano Raphael Samuel – 27 –, que tentou processar os progenitores, segundo o jornal "The Guardian".

04. Assinale a alternativa que reescreve a passagem – Hoje, convém poupar primeiro para a indenização que eles nos vão pedir. – de acordo com a norma-padrão de emprego dos verbos e colocação pronominal.

- (A) Futuramente, até convinha-nos poupar primeiro para a indenização que eles irão nos pedir.
- (B) Antigamente, sempre nos conviera poupar primeiro para a indenização que eles nos irão pedir.
- (C) Antigamente, talvez nos conviesse poupar primeiro para a indenização que eles iam nos pedir.
- (D) Antigamente, por certo conveyed-nos poupar primeiro para a indenização que eles irão nos pedir.
- (E) Futuramente, é possível que convirá-nos poupar primeiro para a indenização que eles iam pedir-nos.

05. Assinale a alternativa que reescreve o trecho destacado na passagem – **Se o leitor nunca pensou** nessa hipótese, isso pode significar duas coisas. – com correção e preservando o sentido original.

- (A) À medida que o leitor nunca pensasse
- (B) Contudo o leitor nunca tenha pensado
- (C) Pois o leitor nunca pensou
- (D) Apesar de que o leitor nunca pense
- (E) Caso o leitor nunca tenha pensado

Leia o texto, para responder às questões de números 06 a 10.

Os fatos foram opostos – inundações e fogaréu –, e a reação a eles também. Em uma mesma semana, a cidade italiana de Veneza e a costa leste da Austrália **materializaram** o embate que contrapõe “ambientalistas” a “negacionistas” quando o assunto são as mudanças climáticas que afetam o planeta. Na quarta-feira 13, o prefeito de Veneza, Luigi Brugnaro, declarou estado de emergência na extraordinariamente bela capital da região do Vêneto, no norte da Itália, **notabilizada** por seus canais. Motivo: a maior cheia já registrada nos últimos cinquenta anos. O nível da água se elevou tanto que agravou a degradação de construções históricas – e, pior, fez duas vítimas logo nos primeiros dias, mortas em suas casas. As águas subiram quase 2 metros, e ondas de mais de 1 metro e meio atingiram cerca de 85% da cidade. Um horror.

“Pedimos ao governo que nos ajude. O custo será alto. Esse é o resultado da mudança climática”, escreveu o prefeito nas redes sociais. Um relatório de 2017 de uma Agência Nacional italiana advertiu que a cidade dos canais ficará submersa até o final deste século se o aquecimento global não for contido por medidas como as previstas no Acordo de Paris de 2015.

Mas, se em Veneza o Poder Executivo reconheceu publicamente que as inundações decorriam do peso da interferência humana no clima da Terra, a 16 000 quilômetros de lá, outra catástrofe para o meio ambiente foi definida como “natural” – apesar de seu inédito impacto. O fogo começou a destruir a mata costeira em regiões muito próximas a Sidney. As labaredas devastaram cerca de 1 000 quilômetros de área florestal, provocando a morte de pessoas e de animais únicos da fauna do país. Encarando tudo como fenômeno da natureza, o vice-premiê australiano chamou de “lunáticos” os que acreditam no aquecimento global.

(Sabrina Brito, Entre a água e o fogo. *Veja*, 20.11.2019. Adaptado)

06. A oposição entre “ambientalistas” e “negacionistas” refere-se, no texto,

- (A) aos efeitos contrastantes das duas catástrofes que acometeram Veneza e regiões da Austrália.
- (B) aos pontos de vista adotados pelas autoridades diante das catástrofes que atingem áreas de seus respectivos países.
- (C) à natureza incontrolável da inundações em Veneza, em oposição à possibilidade de controle do incêndio nas proximidades de Sidney.
- (D) às diferentes dimensões dos fenômenos naturais que vitimaram pessoas e animais nos eventos citados.
- (E) às consequências das mudanças climáticas, reconhecidamente responsáveis pelas duas tragédias.

07. É correto afirmar que, em relação ao assunto de que trata, a autora do texto

- (A) mostra distanciamento, vendo os fenômenos como decorrentes de mudanças climáticas.
- (B) toma partido acerca das reações dos governantes citados, vendo, em ambos, reações coerentes.
- (C) sugere que nada do que venha a ser feito poderá evitar a repetição dessas catástrofes.
- (D) expressa atitude de reação, classificando os efeitos da inundações como “Um horror.”
- (E) deixa explícito que sua avaliação dos eventos não mudará a atitude dos representantes dos países envolvidos.

08. Assinale a alternativa redigida de acordo com a norma-padrão de concordância verbal e nominal.

- (A) 1 metro e meio foram o tamanho das ondas.
- (B) 85% da cidade de Veneza foram invadidos pela água.
- (C) Já se registrou cheias em Veneza, ainda maior do que a atual.
- (D) Segundo o prefeito de Veneza, será necessário os recursos do governo italiano.
- (E) Perto de 1 000 quilômetros de área florestal foi destruído pelo fogo.

09. As expressões – **materializaram** e **notabilizada** –, destacadas no primeiro parágrafo, têm como sinônimos adequados ao contexto, respectivamente,

- (A) reuniram e afamada.
- (B) assumiram e ilustre.
- (C) esclareceram e consagrada.
- (D) corporificaram e célebre.
- (E) delimitaram e cercada.

10. Assinale a alternativa redigida segundo a norma-padrão de emprego de pronomes e do sinal indicativo de crase.

- (A) O prefeito de Veneza, cujas ruas e praças estão alagadas, fez um apelo às autoridades do país.
- (B) O fogo que atingiu à Austrália é atribuído à fenômenos naturais.
- (C) À partir de quando o homem aprenderá a respeitar espécies que a sobrevivência está ameaçada?
- (D) Sem preservar a natureza, à qual é garantia de sua sobrevivência, o homem passará à viver dias terríveis.
- (E) Não é possível estimar à tragédia causada pelo fogo cujo consumiu milhares de árvores na Austrália.

11. Com R\$ 120,00 é possível comprar 6 pastas, a R\$ 4,00 a unidade, e 8 cadernos iguais, não restando troco algum. O maior número de pastas que podem ser compradas com o mesmo valor pago na compra de um caderno é

- (A) 3.
- (B) 5.
- (C) 8.
- (D) 10.
- (E) 12.

12. Em uma empresa trabalham 80 funcionários, dos quais $\frac{1}{5}$ trabalha no setor administrativo. Entre os funcionários

restantes, $\frac{7}{8}$ trabalham no setor operacional e os demais na manutenção. Em relação ao número total de funcionários que trabalha nessa empresa, aqueles que trabalham na manutenção correspondem a

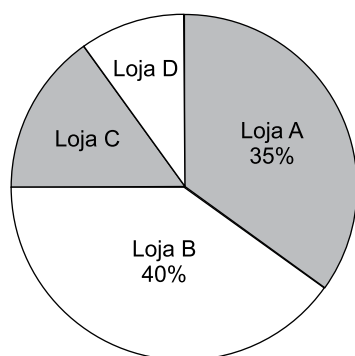
- (A) $\frac{2}{5}$
- (B) $\frac{3}{10}$
- (C) $\frac{1}{4}$
- (D) $\frac{1}{10}$
- (E) $\frac{1}{20}$

13. Uma pessoa guardou em um vidro, somente moedas de R\$ 1,00 e de R\$ 0,50. Certo dia, ao contabilizar essas moedas, constatou que havia, no total, 84 moedas, e que a razão do número de moedas de R\$ 1,00 para o número de moedas de R\$ 0,50 era $\frac{5}{7}$. As moedas de R\$ 0,50,

juntas, totalizavam o valor de

- (A) R\$ 35,00.
- (B) R\$ 32,50.
- (C) R\$ 30,50.
- (D) R\$ 27,00.
- (E) R\$ 24,50.

14. Em um depósito, há determinado número de unidades de um produto, que será distribuído entre as lojas A, B, C e D. O gráfico mostra algumas informações da porcentagem, sobre o número total de unidades desse produto, destinadas a cada loja.



Sabendo que as lojas C e D, juntas, receberam 120 unidades do produto, então, o número de unidades recebidas pela loja A foi

- (A) 192.
(B) 168.
(C) 144.
(D) 72.
(E) 48.
15. Um rolo de fita adesiva tem 50 m de comprimento. Desse total, foram cortados 5 pedaços, cada um deles com 75 cm de comprimento, e 9 pedaços com 1,25 m cada um. O comprimento da fita, restante no rolo, é de
- (A) 30 m.
(B) 32 m.
(C) 35 m.
(D) 38 m.
(E) 40 m.
16. Determinado número de pastas precisa ser colocado em caixas, de modo que cada caixa fique com o mesmo número de pastas. O funcionário responsável pelo serviço percebeu que era possível colocar 20 pastas em cada uma das caixas disponíveis, e que, dessa forma, não ficaria pasta alguma de fora. Porém, como 3 das caixas disponíveis foram utilizadas para outro serviço, então, foram colocadas 25 pastas, em cada uma das caixas restantes, e, dessa forma, também, nenhuma pasta ficou fora das caixas. O número total de pastas era
- (A) 300.
(B) 280.
(C) 250.
(D) 230.
(E) 200.

17. Em um restaurante, há 40 mesas, algumas com 4 cadeiras e outras com 6 cadeiras, sendo que o número de mesas com 4 cadeiras supera o número de mesas com 6 cadeiras em 10 mesas. O número total de cadeiras de todas essas mesas juntas é

(A) 160.
(B) 170.
(C) 180.
(D) 190.
(E) 200.

18. A tabela apresenta algumas informações sobre o número de unidades vendidas de um produto em 5 dias de uma semana.

Dia da semana	Nº de unidades vendidas
2ª feira	X
3ª feira	13
4ª feira	15
5ª feira	25
6ª feira	28

Sabendo que o número de unidades vendidas na 2ª feira foi igual à metade da média diária do número de unidades vendidas nesses 5 dias, então, a média diária do número de unidades vendidas nesses 5 dias foi

(A) 21.
(B) 18.
(C) 15.
(D) 12.
(E) 9.

19. Uma sala retangular ABCD, com 8 m de largura, teve parte de sua área reservada para estocar materiais, conforme mostra a figura.

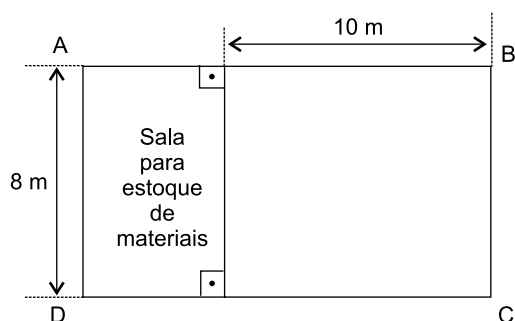


Figura fora de escala

Sabendo que o perímetro da sala reservada é igual à metade do perímetro da sala ABCD, então, a área da sala reservada é igual a

(A) 12 m².
(B) 14 m².
(C) 16 m².
(D) 18 m².
(E) 20 m².

20. Vários blocos de papel, todos iguais entre si, e cada um deles no formato de um prisma reto de base retangular, com 30 cm de comprimento, 20 cm de largura e 5 cm de altura, foram empilhados, conforme mostra a figura.

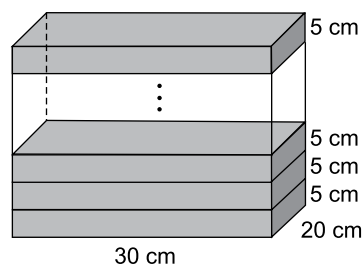


Figura fora de escala

Se o volume total dessa pilha é 45 000 cm³, o número de blocos dela é

(A) 11.
(B) 12.
(C) 13.
(D) 14.
(E) 15.

R A S C U N H O

LEGISLAÇÃO

21. Determinado servidor público do Município de Valinhos requereu à Administração a concessão de licença para tratamento de saúde, pelo prazo de 60 dias, com base em atestado fornecido por um médico particular não credenciado pelo Município. Nessa hipótese, a Lei Municipal nº 2.018/1986 (Estatuto dos Servidores) estabelece que

- (A) poderá ser concedida, pois a licença até 60 dias independe de atestado médico, bastando a declaração oficial do próprio servidor.
- (B) a concessão da licença dependerá de exame do funcionário por junta médica indicada pela autoridade municipal competente.
- (C) não poderá ser concedida a licença, pois o exame para a sua concessão deve ser feito por médico do Município oficial ou credenciado.
- (D) a licença somente poderá ser concedida pelo prazo de 30 dias, devendo o servidor, após esse prazo, submeter-se à junta médica oficial.
- (E) a licença poderá ser concedida, mas o atestado só produzirá efeitos depois de homologado pelo serviço de saúde do Município.

22. No caso de penalidade a qualquer funcionário que se encontre afastado junto a outros órgãos ou entidades, as sanções disciplinares previstas na Lei Municipal nº 2.018/1986

- (A) não podem ser aplicadas.
- (B) serão aplicadas pelo Prefeito Municipal.
- (C) somente podem ser aplicadas após o seu retorno.
- (D) ficarão suspensas por tempo indeterminado.
- (E) serão aplicadas pelo superior imediato do servidor.

23. Nos termos da Lei Municipal nº 4.877/2013 (Lei da Criação do VALIPREV), independentemente de outros vínculos com o Município, considera-se segurado obrigatório do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Valinhos, dentre outros,

- (A) o Prefeito.
- (B) qualquer Secretário Municipal.
- (C) o servidor municipal inativo aposentado pelo VALIPREV.
- (D) o Presidente da Câmara Municipal.
- (E) o Vereador.

24. Segundo a Lei Municipal nº 4.877/2013 (Lei da Criação do VALIPREV), na hipótese de um servidor municipal vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Valinhos, que esteja afastado do serviço por motivo de doença por mais de 2 (dois) anos, esse servidor

- (A) será compulsoriamente aposentado por invalidez.
- (B) terá direito a pedir a aposentadoria, sem necessidade de passar por perícia médica.
- (C) perderá o direito a retornar ao serviço público no cargo de origem.
- (D) será colocado em disponibilidade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço público.
- (E) será submetido à perícia do VALIPREV, para eventual aposentadoria por invalidez permanente.

25. No tocante ao salário-maternidade, a Lei Municipal nº 4.877/2013 (Lei da Criação do VALIPREV) estabelece que

- (A) é devido à segurada, durante 120 (cento e vinte) dias, que devem ser contados da data do parto.
- (B) deve ser requerido até 30 (trinta) dias antes da data do parto ou 5 (cinco) dias após se o parto for antecipado.
- (C) a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a três meses, em caso de aborto não criminoso.
- (D) em caso de parto antecipado ou de nascimento sem vida, a segurada terá direito aos 120 (cento e vinte) dias de licença.
- (E) ele é devido à segurada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, pelo período máximo de 90 (noventa) dias.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. Usando o Microsoft Windows 7, em sua configuração padrão, um usuário está editando uma frase no Wordpad e a formatou como negrito, sublinhado e itálico. Ao selecionar toda essa frase, pressionar as teclas CTRL+C, abrir o Bloco de Notas, em sua configuração original, e pressionar as teclas CTRL+V, assinale a alternativa que indica, corretamente, como estará formatada essa frase no Bloco de Notas.

- (A) Com todas as mesmas formatações: negrito, sublinhado e itálico.
- (B) Com negrito, apenas.
- (C) Com negrito e itálico, apenas.
- (D) Com sublinhado, apenas.
- (E) Sem nenhuma das formatações de negrito, sublinhado e itálico.

27. No Microsoft Word 2010, em sua configuração padrão, tem-se o ícone Recortar, do grupo Área de Transferência e guia Página Inicial, destacado na imagem a seguir.



Assinale a alternativa que apresenta a combinação de teclas com o mesmo efeito desse ícone.

- (A) CTRL+V
- (B) CTRL+C
- (C) CTRL+X
- (D) CTRL+A
- (E) CTRL+R

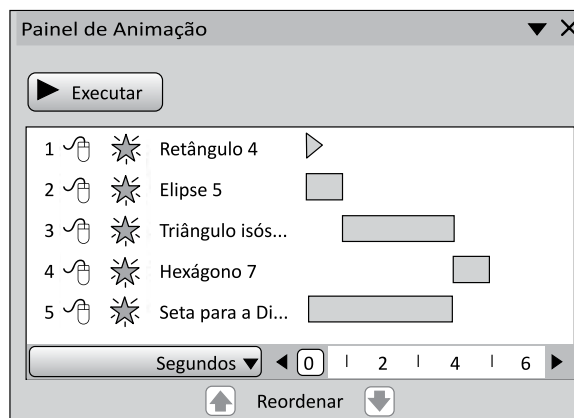
28. Tem-se a seguinte planilha, criada no Microsoft Excel 2010, em sua configuração padrão.

	A	B	C	D
1	Data	Ações		Saldo
2	13/10/2019	5		3
3	12/10/2019	27		16
4	10/10/2019	55		33
5	08/10/2019	6		4
6	07/10/2019	47		28
7	19/10/2019	59		35
8	28/10/2019	34		20
9	01/10/2019	54		32
10	23/10/2019	12		7
11				
12				
13				
14				
< >		Planilha1	Planilha2	+

Com a célula A1 selecionada, assinale a alternativa que apresenta o resultado da ação ao pressionar as teclas CTRL+Page Down.

- (A) É ativada a Planilha2.
- (B) A célula ativa passa a ser a A10.
- (C) A célula ativa passa a ser a B1.
- (D) A célula ativa passa a ser a B10.
- (E) A célula ativa passa a ser a D10.

29. Tem-se o Painel de Animação de 5 AutoFormas em um slide criado no Microsoft PowerPoint 2010, em sua configuração original.



Assinale a alternativa que indica qual AutoForma tem a duração da animação mais longa, sem contar o tempo de demora.

- (A) 1-Retângulo 4
- (B) 2-Elipse 5
- (C) 3-Triângulo isósceles...
- (D) 4-Hexágono 7
- (E) 5-Seta para a Di...

30. Considerando o uso do aplicativo Microsoft Outlook 2010, em sua configuração padrão, um usuário deseja enviar uma mensagem de correio eletrônico para 30 destinatários, mas quer evitar que qualquer um desses destinatários possa clicar em Responder para todos e, com isso, enviar respostas dessa mensagem original para qualquer um dos 30 destinatários originais. Para isso, esse usuário inicial precisa colocar todos os 30 destinatários

- (A) no campo Cc, apenas.
- (B) no campo Cco, apenas.
- (C) no campo Para, apenas, e escrever no campo Assunto a palavra Oculto.
- (D) nos campos Para e Cco, ao mesmo tempo.
- (E) nos campos Cc e Cco, ao mesmo tempo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

31. Philippe e sua esposa Sophie são franceses. Quando Sophie completou sete meses de gestação, eles decidiram passar férias no Brasil, mas uma intercorrência provocou a aceleração do parto, e Marie, primeira filha do casal, nasceu prematuramente no Hospital Municipal de Valinhos.

Jéssica nasceu na Islândia, é filha de João, brasileiro, e Leona, finlandesa. Jéssica veio residir no Brasil e optou, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) Marie e Jéssica são ambas brasileiras naturalizadas.
- (B) Marie é brasileira nata, e Jéssica é brasileira naturalizada.
- (C) Marie e Jéssica somente serão consideradas brasileiras naturalizadas após residirem pelo menos quinze anos ininterruptos no Brasil.
- (D) Marie e Jéssica são brasileiras natas.
- (E) Marie é brasileira nata, e Jéssica poderá ser considerada brasileira naturalizada apenas após comprovar residência por um ano ininterrupto no Brasil e sua idoneidade moral.

32. A respeito dos direitos sociais, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.

- (A) Fica facultada a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- (B) É direito dos trabalhadores jornada de 8 (oito) horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.
- (C) O aposentado filiado tem direito a votar, mas não é elegível para cargos de direção nas organizações sindicais.
- (D) É direito dos trabalhadores urbanos aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, que será de, no mínimo, 20 (vinte) dias.
- (E) São direitos sociais, dentre outros, a alimentação, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

33. Suponha que Joana é brasileira naturalizada e que, após a naturalização, ela praticou dois crimes de homicídio que resultaram na morte de Leonardo e Sandra, ambos brasileiros.

De acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar que Joana

- (A) não será extraditada e não será levada à prisão ou nela mantida, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- (B) apenas poderia ser extraditada por decisão do Supremo Tribunal Federal se cometesse crime político ou de opinião contra o interesse nacional.
- (C) terá concedida sua extradição, e serão admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, tendo em vista a gravidade dos crimes cometidos.
- (D) não será extraditada, mas, caso seja presa, ela não terá direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.
- (E) será extraditada após o devido processo legal e poderá sofrer pena de banimento.

34. Considere que Mário sequestrou Luísa há dois meses e que a mantém em cárcere privado durante todo esse tempo. Lucas é vizinho de Mário e, durante a noite do dia 10 de novembro, ouviu Luísa gritando, pedindo ajuda. De acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) como a casa é asilo inviolável do indivíduo, Lucas apenas nela poderá penetrar para prestar socorro, sem o consentimento de Mário, durante o dia.
- (B) independentemente de ser caso de desastre, ou com o fim de prestar socorro, Lucas poderá penetrar na casa de Mário, sem seu consentimento, em qualquer horário.
- (C) já que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela poderá penetrar durante a noite sem consentimento do morador, ainda que em caso de flagrante delito.
- (D) somente em caso de desastre, Lucas poderia penetrar na casa de Mário sem sua autorização expressa.
- (E) a casa é asilo inviolável do indivíduo, mas Lucas poderá penetrar na casa de Mário durante a noite e sem sua autorização expressa para prestar socorro a Luísa.

35. Tiago foi nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de aprovação em concurso público e, após três anos de efetivo exercício, foi considerado estável no serviço público. De acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar que Tiago

- (A) não poderia ter sido considerado estável, pois a estabilidade apenas se adquire após 5 (cinco) anos de efetivo exercício no serviço público.
- (B) apenas poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- (C) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, caso extinto o cargo, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (D) não poderá perder seu cargo em virtude de processo administrativo, ainda que lhe seja assegurada ampla defesa.
- (E) adquiriu a estabilidade automaticamente ao completar 2 (dois) anos de efetivo exercício, pois tal garantia independe de avaliação especial de desempenho.

36. A respeito da remuneração dos servidores públicos, com base na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A remuneração de servidores públicos organizados em carreira deverá ser realizada por subsídio.
- (B) A Constituição Federal não veda que servidores que sejam remunerados por subsídio fixado em parcela única recebam benefício de natureza comprovadamente indenizatória.
- (C) Fica estendida aos servidores públicos a proteção da relação estatutária contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos da legislação, que preverá indenização compensatória.
- (D) Lei de cada ente federativo deverá estabelecer uma relação entre a maior e a menor remuneração recebida entre os servidores públicos, a fim de viabilizar o controle dos gastos com pessoal.
- (E) Os vencimentos dos cargos do Poder Judiciário poderão ser superiores aos cargos da mesma natureza pagos pelo Poder Executivo.

37. Suponha que João era servidor público efetivo vinculado a autarquia municipal, ocupava cargo técnico e, após preenchidos os requisitos legais, solicitou a sua aposentadoria e passou a receber proventos. João tem uma trajetória funcional exemplar e sempre contou com a confiança dos seus superiores hierárquicos.

Considerando a situação hipotética e o disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) João poderá ocupar cargo declarado por lei como de livre nomeação ou exoneração na mesma entidade, hipótese em que deverá optar pelo recebimento dos proventos ou da remuneração do cargo, no período em que estiver em exercício.
- (B) João poderá participar de concurso público e prover cargo público efetivo de professor, hipótese em que cumulará a remuneração e os proventos.
- (C) Caso conte com mais de 75 (setenta e cinco) anos, João não poderá ocupar cargo de livre nomeação ou exoneração na mesma autarquia.
- (D) João poderá cumular o seu benefício previdenciário com salário caso passe a ser empregado de sociedade de economia mista, hipótese em que não se aplicarão as regras de controle relativas a cumulação entre remuneração e proventos.
- (E) Caso João passe a receber remuneração em função do exercício de cargo de confiança e a contribuir para o sistema próprio de previdência, ele poderá utilizar as novas contribuições vertidas em favor do sistema para majorar o seu benefício.

38. Com relação aos poderes de Estado, é correto afirmar que o Poder

- (A) Judiciário desempenha com exclusividade a função jurisdicional.
- (B) Executivo desempenha precipuamente a função normativa.
- (C) Legislativo desempenha precipuamente a função normativa.
- (D) Legislativo desempenha com exclusividade a função normativa.
- (E) Executivo desempenha precipuamente a função jurisdicional.

39. A Administração não tem a livre disposição dos bens e interesses públicos, porque atua em nome de terceiros. Por essa razão é que os bens e interesses públicos só podem ser alienados conforme o disposto em lei. Da mesma forma, os contratos administrativos reclamam, como regra, que se realize licitação para encontrar quem possa executar obras e serviços de modo mais vantajoso à Administração.

É correto afirmar que o texto do enunciado se refere ao princípio da

- (A) indisponibilidade.
- (B) autotutela.
- (C) moralidade.
- (D) continuidade dos serviços públicos.
- (E) segurança jurídica.

40. É correto afirmar que o Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Valinhos é uma

- (A) autarquia com personalidade jurídica de direito público e privado, autonomia administrativa, financeira e patrimonial que integra a Administração Indireta.
- (B) fundação com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa, financeira e patrimonial que integra a Administração Indireta.
- (C) autarquia com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa, financeira e patrimonial que integra a Administração Direta.
- (D) fundação com personalidade jurídica de direito público e privado, autonomia administrativa, financeira e patrimonial que integra a Administração Indireta.
- (E) autarquia com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa, financeira e patrimonial que integra a Administração Indireta.

41. No que concerne ao Analista de Benefícios Previdenciários do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Valinhos, é correto afirmar que

- (A) a função de Analista de Benefícios Previdenciários é o lugar dentro da organização funcional da autarquia que, ocupado por servidor público, tem cargo específico.
- (B) o cargo de Analista de Benefícios Previdenciários é o lugar dentro da organização funcional da fundação pública que, ocupado por servidor público, tem função específica.
- (C) a função de Analista de Benefícios Previdenciários é o lugar dentro da organização funcional da sociedade de economia mista que, ocupado por servidor público, tem cargo específico.
- (D) o cargo de Analista de Benefícios Previdenciários é o lugar dentro da organização funcional da autarquia que, ocupado por servidor público, tem função específica.
- (E) a função de Analista de Benefícios Previdenciários é o lugar dentro da organização funcional da fundação pública que, ocupado por servidor público, tem cargo específico.

42. É o de que dispõe a Administração para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores de seu quadro de pessoal. Dele decorrem algumas prerrogativas: delegar e avocar atribuições, dar ordens, fiscalizar e rever atividades de órgãos inferiores.

É correto afirmar que o texto do enunciado se refere ao poder

- (A) disciplinar.
- (B) hierárquico.
- (C) de delegação.
- (D) regulamentar.
- (E) de polícia.

43. A delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

É correto afirmar que o texto do enunciado trata da

- (A) concessão de serviço público.
- (B) licitação de serviço público.
- (C) autorização de serviço público.
- (D) regulamentação de serviço público.
- (E) permissão de serviço público.

44. É correto afirmar que o ato administrativo do Analista de Benefícios Previdenciários é dotado de

- (A) autoexecutoriedade, ante a inevitabilidade de sua execução, porquanto reúne sempre poder de coercibilidade para aqueles a que se destina, havendo a possibilidade de ser revogado pela própria Administração e pelo Poder Judiciário, quando sua manutenção deixar de ser conveniente e oportuna.
- (B) imperatividade, ante a inevitabilidade de sua execução, porquanto reúne sempre poder de coercibilidade para aqueles a que se destina, havendo a possibilidade de ser revogado pela própria Administração quando sua manutenção deixar de ser conveniente e oportuna.
- (C) presunção de legitimidade, de legalidade e veracidade, porque se presume legal a atividade administrativa, por conta da inteira submissão ao princípio da legalidade, havendo a possibilidade de ser revogado pela própria Administração e pelo Poder Judiciário, quando sua manutenção deixar de ser conveniente e oportuna.
- (D) imperatividade, uma vez que será executado, quando necessário e possível, ainda que sem o consentimento do seu destinatário, havendo a possibilidade de ser revogado pelo Poder Judiciário, em razão de sua eventual ilegalidade.
- (E) presunção de legitimidade, de legalidade e veracidade, porque se presume legal a atividade administrativa, por conta da inteira submissão ao princípio da legalidade, havendo a possibilidade de ser revogado pelo Poder Judiciário, em razão de sua eventual ilegalidade.

45. Considere que um Analista de Benefícios Previdenciários, durante a sua atuação profissional na fiscalização dos benefícios concedidos, venha a causar um dano a um dos beneficiários. No que concerne à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade civil pelo dano é objetiva e independe da comprovação de culpa do Analista de Benefícios Previdenciários.
- (B) O Analista de Benefícios Previdenciários somente poderá ser responsabilizado civilmente se for comprovado o dolo.
- (C) A responsabilidade civil pelo dano é objetiva e dependerá da comprovação de dolo do Analista de Benefícios Previdenciários.
- (D) O Analista de Benefício Previdenciário sempre será responsabilizado, comprovando-se ou não a sua culpa.
- (E) A responsabilidade civil pelo dano é subjetiva e dependerá da comprovação de dolo do Analista de Benefícios Previdenciários.

46. Em matéria de seguridade social, assinale a alternativa que contempla o princípio comum para assistência social, saúde e previdência social.

- (A) Obrigatoriedade de contribuição.
- (B) Garantia do padrão médio de vida.
- (C) Garantia da concessão do mínimo vital.
- (D) Equidade da capacidade contributiva.
- (E) Solidariedade.

47. Assinale a alternativa correta acerca das competências para legislar sobre seguridade social.

- (A) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.
- (B) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.
- (C) Por meio de lei ordinária, os entes federados, Estados e Municípios, poderão ser autorizados a legislar sobre questões afetas a seguridade social.
- (D) É competência exclusiva da União cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- (E) É competência da União e dos Municípios legislar concorrentemente sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.

48. Assinale a alternativa correta sobre o custeio da seguridade social.

- (A) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exceto as contribuições sociais do empregador e da empresa.
- (B) A lei não poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.
- (C) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, integrando o orçamento da União.
- (D) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- (E) A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social poderá contratar com o Poder Público, porém dele não poderá receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

49. Entre os princípios da previdência social, consta

- (A) contributividade.
- (B) filiação não obrigatória.
- (C) a não equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (D) cálculo dos benefícios desvinculados dos salários de contribuição.
- (E) redutibilidade do valor dos benefícios.

50. Assinale a alternativa correta acerca do Regime Geral de Previdência Social.

- (A) Admite-se benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado com valor mensal inferior ao salário-mínimo.
- (B) É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria quando se tratar de segurados portadores de deficiência.
- (C) É admitida a filiação ao Regime Geral de Previdência Social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- (D) O tempo mínimo de contribuição será reduzido em 3 (três) anos para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
- (E) Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana.

51. Em se tratando do regime próprio de previdência, assinale a alternativa correta.

- (A) É possível a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos.
- (B) É permitida a existência de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, exceto para integrante das forças armadas.
- (C) Incide contribuição previdenciária sobre os proventos de aposentadorias de servidores aposentados pelo regime próprio de previdência.
- (D) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração aplica-se o regime próprio de previdência social.
- (E) Aplica-se o regime próprio de previdência social em caso de cargo temporário ou de emprego público.

52. Acerca de acidente do trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Não se equipara a acidente de trabalho o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário de trabalho, em consequência de ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho.
- (B) Equipara-se a acidente de trabalho o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário de trabalho, em consequência de desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.
- (C) Não se equipara a acidente de trabalho o acidente sofrido pelo segurado fora do local e horário de trabalho na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito.
- (D) A doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade não se equipara a acidente de trabalho.
- (E) Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o empregado não é considerado no exercício do trabalho.

53. Assinale a alternativa correta em se tratando do regime de previdência próprio dos funcionários públicos.

- (A) Em regra, o tempo de contribuição mínimo para aposentadoria por idade e o tempo de contribuição dos servidores públicos é de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 30 (trinta) anos de contribuição para mulheres e de 60 (sessenta) anos de idade e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição para homens.
- (B) Diferentemente do Regime Geral de Previdência Social, inexistente tempo de contribuição diferenciado para funcionários públicos que exerçam funções consideradas perigosas ou insalubres.
- (C) Os professores que exercem função de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, da rede pública de ensino, podem se aposentar aos 45 (quarenta e cinco) anos de idade e 20 (vinte) anos de contribuição, se mulheres, e aos 50 (cinquenta) anos de idade e 25 (vinte e cinco) anos de contribuição se homens.
- (D) A idade mínima e o tempo de contribuição para aposentadoria de professores que exercem função de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, da rede pública de ensino é de 50 anos de idade e 25 anos de contribuição, não importa se homem ou mulher.
- (E) Os professores que exercem função de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, da rede pública de ensino, podem se aposentar somente aos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, se mulheres, e somente aos 60 (sessenta) anos de idade e 30 (trinta) anos de contribuição, se homens.

54. Assinale a alternativa correta no tocante às disposições constitucionais relativas à Previdência Social.

- (A) Ela será organizada sob a forma de regime geral, de caráter retributivo e de filiação facultativa.
- (B) Deve abranger cobertura aos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada e promover a integração ao mercado de trabalho.
- (C) Ela deve atender, na forma da lei, a finalidade de proteção ao trabalhador em situação de desemprego voluntário e involuntário.
- (D) O participante de regime próprio de previdência não pode filiar-se como segurado facultativo do regime geral.
- (E) O amparo às crianças, aos idosos e aos adolescentes carentes é um dos objetivos do regime de previdência social no Brasil.

55. Nos termos da Constituição Federal, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, e compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base, dentre outros, no seguinte objetivo:

- (A) seletividade da cobertura e do atendimento.
- (B) equidade na forma de participação no custeio.
- (C) diferenciação dos benefícios às populações urbanas e rurais.
- (D) caráter centralizado da administração e gestão tripartite.
- (E) vedação da diversidade na base de financiamento.

56. Considerando as diferentes categorias de segurados do Regime Geral de Previdência Social, previstas na Lei nº 8.213/1991, assinale a alternativa que aponta corretamente exemplo(s) de segurado obrigatório individual.
- (A) O ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.
 - (B) O brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.
 - (C) O exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
 - (D) A pessoa física residente em imóvel rural que exerce atividade na condição de produtor agropecuário, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros.
 - (E) O servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.
57. Com relação aos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado, nos termos da Lei nº 8.213/1991, é correto afirmar que
- (A) não pode ser considerado como dependente para os fins de obtenção de benefício previdenciário o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.
 - (B) o enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho e dispensam a comprovação da dependência econômica, bastando, para essa finalidade, a declaração escrita de próprio punho do segurado.
 - (C) a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos são exemplos de dependentes presumidos, que dispensam prova da dependência econômica.
 - (D) as provas de união estável e de dependência econômica exigem início de prova material contemporânea dos fatos, sendo admitida, porém, a prova exclusivamente testemunhal quando não houver provas documentais.
 - (E) os pais e os avós são considerados dependentes especiais do segurado e poderão obter o benefício por meio de simples apresentação do documento que comprove a relação de parentesco, dispensados outros meios de prova.
58. Narciso é funcionário público do Município de Valinhos, titular de cargo efetivo, filiado a regime próprio de previdência social, e foi cedido a órgão estadual. Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei nº 9.717/1998, é correto afirmar que Narciso
- (A) poderá escolher a qual regime quer ficar vinculado, independentemente se foi cedido com ou sem ônus para o Estado.
 - (B) somente poderá manter o vínculo com o regime de origem se foi cedido com ônus para o Estado.
 - (C) ficará vinculado aos dois regimes, devendo o Município e o Estado dividirem os ônus perante a Previdência Social.
 - (D) poderá permanecer vinculado ao regime de origem, desde que tenha sido cedido sem ônus para o Estado.
 - (E) permanecerá vinculado ao regime de origem, independentemente se foi cedido com ou sem ônus para o Estado.
59. Nos termos da Lei nº 9.717/1998, a contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores
- (A) não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro dessa contribuição.
 - (B) não poderá ser superior ao valor da contribuição do servidor ativo.
 - (C) deverá ser superior ao valor da contribuição do servidor ativo, até o limite de 3 (três) vezes o valor dessa contribuição.
 - (D) deverá ser igual ao valor da contribuição do servidor ativo.
 - (E) deverá ser correspondente ao dobro do valor da contribuição do servidor ativo.
60. A Portaria MPS nº 154/2008 estabelece que poderá ser emitida a CTC (Certidão de Tempo de Contribuição)
- (A) com contagem de tempo de contribuição de atividade privada com a de serviço público ou de mais de uma atividade no serviço público, quando concomitantes.
 - (B) em relação a período que já tiver sido utilizado para a concessão de aposentadoria em qualquer regime de previdência social.
 - (C) com contagem de tempo fictício.
 - (D) com conversão de tempo de serviço exercido sob condições especiais em tempo de contribuição comum.
 - (E) sobre o tempo de contribuição especial de servidor com deficiência, com amparo em decisão judicial, e o exercício de atividades de risco.

